

O valor como *substância social*

João Machado Borges Neto (PUC-SP)

Resumo

Este artigo se contrapõe a uma das críticas mais comuns à teoria do valor de Marx: a que se faz à noção de uma *substância* do valor.

Começando com uma breve exposição deste aspecto da teoria de Marx, resumimos em seguida as principais críticas que lhe são feitas. Uma primeira resposta a estas críticas procura mostrar a coerência dos conceitos marxianos (ressaltando o caráter de uma substância *social* atribuído por Marx à substância do valor). Uma segunda resposta destaca algumas vantagens conceituais e analíticas do uso da noção de substância do valor. Finalmente, o artigo é concluído com o argumento de que é possível atribuir existência real a uma substância do valor, e que este deve ser o critério decisivo para a avaliação de sua validade.

1 — Introdução

É sabido que Marx atribui ao *trabalho abstrato* o caráter de *substância* (social) do valor; este é um dos aspectos da sua teoria do valor criticados modernamente. Além de a idéia de uma substância do valor estar ausente tanto da teoria neoclássica dominante, quanto da versão mais moderna da “economia clássica” (sraffiana), quanto de outras abordagens, é possível atribuir-lhe um sabor metafísico.

O objetivo deste artigo é defender este aspecto da teoria do valor de Marx, e argumentar que, longe de representar uma fraqueza, ele constitui na verdade uma de suas maiores vantagens em relação a outras abordagens.

O artigo se divide em seis seções. Após esta introdução, a segunda seção expõe brevemente o uso de Marx da noção de substância do valor; a terceira resume as críticas principais feitas a este aspecto da teoria do valor de Marx. A quarta seção procura responder diretamente a estas críticas, ressaltando que a substância de que fala Marx é uma substância *social*, resultado da reificação de relações sociais, o que exclui da sua teoria qualquer traço de *naturalismo*.

A quinta seção defende a noção marxiana de um outro ângulo, que é o de chamar a atenção para suas vantagens conceituais e analíticas. Finalmente, a sexta seção conclui o artigo, ressaltando que afinal o centro do debate é (ou deveria ser) saber se é possível identificar uma existência real de uma substância do valor.

2 — A *substância* do valor

Em *O Capital*, Marx introduz o conceito de *trabalho abstrato*, e diz que ele constitui a *substância* do valor, nos seguintes parágrafos:

Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se uns dos outros para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora os resíduos dos produtos do trabalho. Nada restou deles salvo uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações desta substância social comum a todas elas, são valores — valores mercantis [*O Capital* I-I, p. 47].

Há portanto uma *substância social* comum aos valores, e são usadas imagens muito sugestivas para reforçar esta idéia: *objetividade fantasmagórica, simples gelatina de trabalho humano indiferenciado*. Em seguida, o trabalho abstrato é chamado de “substância constituidora do valor” [*O Capital* I-I: 47].

Expressões semelhantes se repetem. Um pouco adiante, Marx volta a usar a figura da gelatina: diz que os valores são *gelatinas homogêneas de trabalho* [*O Capital* I-I: 52]. Lembra que a objetividade [das mercadorias] como valores é puramente social, que “não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor” [*O Capital* I-I: 54]. Diz ainda que cada mercadoria, “(...) como valor, é apenas um

invólucro reificado do trabalho humano nela despendido” [*O Capital* I-I: 83]. Enquanto valor, a mercadoria é uma “*massa de tempo de trabalho solidificado*” [*O Capital* I-I: 150]. Estas imagens se repetem ao longo de *O Capital*, e nas outras versões do mesmo texto (em *Para a Crítica da Economia Política* e na sua versão primitiva, nos *Grundrisse*).

Naturalmente, a afirmação de que o valor é a *objetivação de uma substância social*, na qual não há nenhum átomo de matéria natural, representa um uso pouco comum do termo “substância”. Mas não há dúvida de que este é um elemento importante da teoria de Marx.

Qual a razão para tratar o valor como *substância social*?

Uma razão pode ser considerada clara: falar de uma *substância*, de um *conteúdo* que se expressa na troca é uma maneira de dizer que o valor *não se reduz a uma simples relação de troca*, e que não é tampouco uma realidade simplesmente subjetiva. Como observa Ruy Fausto, com o termo “substância” Marx assinala que o trabalho abstrato ganha o caráter de uma *coisa*, embora *coisa social*; ele “quer dizer com isto que o trabalho é coisa social, ele tem a *espessura*, o *peso* da coisa” [Fausto 1983c, p. 100]; “ele não é uma relação que os agentes estabelecem subjetivamente” [idem, p. 131, nota 43]¹. Marx não fala apenas de *substância*, mas de *substância social*, sem nenhum átomo de matéria; isto se liga à compreensão de que as categorias econômicas são formadas a partir da *reificação das relações sociais*.

3 — Críticas ao conceito de *substância* do valor

A teoria do valor de Marx tem sido objeto de críticas muito diversas; algumas se centram no conceito de *substância* do valor.

Cornelius Castoriadis, por exemplo, atribui-lhe um caráter metafísico:

¹ Esta é a primeira das determinações da noção de substância, tal como usada por Marx para se referir ao valor, segundo Ruy Fausto. As duas outras são a forma *fluida* e a oposição a sujeito (ao capital, a substância que se tornou sujeito). [Fausto 1983c, pp. 100-1]. “O valor é coisa, ele é coisa fluida, ele é coisa que só é, ainda, num primeiro nível de sua autonomização (se se comparar com a coisa social capital: a substância que se tornou sujeito)” [Idem, p. 131, nota 43].

O primeiro capítulo do *Capital* é metafísico. A questão colocada pela economia política clássica: por que os objetos trocados o são em tal proporção e não numa outra, Marx a reformula a seu modo, numa formulação que já contém, ou predetermina, a resposta: ‘Qual é o igual/ idêntico (*das Gleiche*), isto é, a substância comum (*die gemeinschaftliche Substanz*) que a casa representa para a cama na expressão do valor da cama?’ Reformula-a a seu modo: o valor-trabalho dos clássicos, de Smith e de Ricardo, não invoca a categoria da ‘substância’ e se aí se descobrisse a palavra, seria sem dúvida num emprego inocente. Que as mercadorias são trocadas em proporção ao trabalho que sua produção custa, isso quer dizer para os clássicos: se alguém me propusesse trocar um produto que me custou dez horas de trabalho por um de seus produtos cuja fabricação só me custaria nove horas de trabalho, eu recusaria sua proposta; e, mediante a concorrência, a relação dos respectivos tempos ‘médios’ de trabalho regulamentará a relação das quantidades trocadas. O ‘valor-trabalho’ é assim, antes das imensas (e insuperáveis) complicações criadas pelas diferenças dos trabalhos individuais, pelo ‘capital’, pela ‘terra’, pelo ‘tempo’, etc., um assunto de bom senso e mesmo uma tautologia *simples*: quem daria dez para ter nove?

Marx reformula a questão a seu modo — que a põe de uma vez no campo da tautologia *metafísica*. [Castoriadis 1987, p. 268].

Maurice Lagueux e Philip Mirowski desenvolvem outro aspecto da crítica à noção de substância do valor. Lagueux [1985] argumenta que Marx teria incorporado à sua teoria do valor *princípios de conservação*, e conseqüentemente um conceito de *substância*, seguindo hábitos mentais da ciência do século XIX (explicações científicas com base em princípios de conservação foram desenvolvidas na Física desde Descartes, que falou da conservação da quantidade de movimento do universo, até o século XIX, em que o destaque foi da idéia de conservação da energia, passando pelo princípio da conservação da matéria, atribuído a Lavoisier; já a Física do século XX, a partir dos trabalhos de Poincaré, entre outros, adotou uma visão crítica destes princípios). A noção de *substância* de Marx seria fundamentalmente a mesma da Física. Se ele assinalou que não há no valor “nem um átomo de matéria”, “isto significa apenas que o valor é concebido como substância de uma ordem diferente da matéria, um pouco da maneira que os físicos do século XIX concebiam a energia como uma ‘substância sem peso’” [Lagueux 1985, p. 116].

Segundo Lagueux, o exemplo mais importante da utilização de princípios de conservação em *O Capital* é a solução do *problema da transformação* no Livro III²; por isto, a demonstração de que a conservação do valor (ou seja, as “duas igualdades” — soma dos valores e soma dos preços, soma das mais-valias e soma dos lucros) é impossível abala toda a construção teórica. De qualquer maneira, não há que lamentar este fato, pois a ciência, desde o século XX, dispensa este tipo de princípio.

O ponto de vista de Mirowski [1989] é bastante semelhante, embora faça uma discussão muito mais ampla do papel dos *princípios de conservação* na ciência em geral e na ciência econômica em particular, e embora o centro de sua crítica seja a teoria neoclássica, vista como adaptação precária da Física da energia de meados do século XIX às questões econômicas³.

Para Mirowski, Marx é o último grande representante das teorias do valor como substância, desenvolvidas de modo diferenciado pelos mercantilistas, pelos fisiocratas e pelos economistas clássicos britânicos, cuja grande referência na Física seria a concepção cartesiana da *substância em movimento*. As características gerais destas teorias podem ser assim resumidas:

O valor era reificado como uma *substância* conservada, conservada na atividade de comércio para prover estabilidade estrutural aos preços, e especificada diferenciadamente no processo de produção. (...)

Esta concepção “clássica” dividia *grosso modo* o mundo em três categorias exaustivas: produção, circulação e consumo. A produção tornou-se associada com qualquer atividade ou lugar onde a suposta substância do valor era criada ou aumentada de acordo com princípios naturais fixos. A circulação identificava a função do comércio, que era deslocar a substância do valor entre setores, classes, ou outras categorias funcionais, sujeita à condição de que o comércio de equivalentes garantiria a

² Que não foi publicado por Marx, como é bem conhecido; Lagueux acredita que isto se deve a Marx não ter ficado satisfeito com a solução. Prova disto seriam os “reconhecimentos de erros” que ele teria feito. De fato, estes “reconhecimentos de erros” constituem uma interpretação muito discutível de certas frases de Marx. A este respeito, é esclarecedor o artigo de Fred Moseley [2001-2].

³ A diferença mais importante entre o argumento de Lagueux e o de Mirowski está em que o segundo afirma que em meados do século XIX a noção de substância adotada por Marx já tinha sido ultrapassada há muito na Física; esta é uma das razões, segundo ele, que levaram Marx a construir uma teoria incoerente.

conservação da substância do valor neste processo. O consumo era associado a qualquer atividade ou lugar em que a substância do valor era destruída ou diminuída [Mirowski 1989, pp. 142-3].

Mirowski acrescenta depois algumas outras características deste tipo de teoria do valor: a distinção entre produtivo/improdutivo, e “alguma justificação naturalística do valor por meio de tautologias tais como: ‘Você é o que você come’ (fisiocracia), ‘As coisas têm valor porque as pessoas as fizeram’ (Marx), etc” [Mirowski 1989, p. 399]. Além disto, vincula estas teorias à busca de algum tipo de *medida invariável do valor* [p. 187].

No caso que nos interessa, que é o de Marx, Mirowski lhe atribui o desenvolvimento de *duas* teorias do valor: “a primeira enraizada na mais antiga tradição de substância, a outra apresentando semelhanças com as nascentes teorias do campo na física” [p. 177]⁴. A primeira teoria é a do “trabalho-cristalizado” (incorporado) [p. 180], a segunda do “custo-real” [p. 180-1]. Esta segunda versão, segundo Mirowski, ao afirmar a modificação da magnitude dos estoques de valor a partir de mudanças técnicas ou ainda de fenômenos de mercado⁵, estaria em direta contradição com a abordagem do trabalho cristalizado e com a idéia de uma substância do valor [p. 181]. Sua semelhança com as teorias do *campo* na Física viria de que “[n]esta visão, só se pode dizer que uma mercadoria tem valor em relação com a configuração contemporânea da produção” [p. 181]⁶.

Mirowski não dá o destaque à inviabilidade de uma solução para o *problema da transformação* o mesmo peso que Lagueux; no entanto, é importante assinalar que também para ele este é um dos argumentos que mostram a falta de sustentação da teoria do valor-substância.

⁴ Mas seriam os neoclássicos que desenvolveriam toda sua teoria com base no conceito de *campo*.

⁵ Aqui ele se refere a mudanças a partir de variações de preços.

⁶ Um tanto fora da questão do caráter de substância do valor, Mirowski atribui a Marx, de modo completamente absurdo, a concepção do dinheiro como um “véu” [p. 178]. Como é bem sabido, Esta é uma posição de alguns “clássicos” (Ricardo) e dos neoclássicos em geral, e de modo algum de Marx. Pelas citações que faz para justificar tal afirmação, que se referem a uma sociedade socialista, vemos que a confusão de Mirowski veio de que não percebeu que o que poderia valer para o socialismo (em que não existiria valor, e portanto tampouco dinheiro propriamente) não vale para o capitalismo.

Outro autor que comenta criticamente as referências feitas por Marx à existência de uma *substância do valor* é Geert Reuten [1993]. Apoiando-se em parte em Mirowski, afirma que este termo é uma metáfora que prejudicou significativamente a teoria marxista do valor [p.103], representando uma “heurística negativa” no sentido de Lakatos (levaria ao foco da teoria do valor mais em entidades físicas do que em formas sociais) [p. 104]. Enfatiza a importância de libertar-se deste conceito [p. 109].

Tal como os outros autores citados, Reuten relaciona a noção de *substância* do valor, aplicada à transformação dos valores em preços de produção, com os princípios de conservação da Física clássica. Interpreta que seu sentido seria então o de “uma noção de conservação desta substância (...) transmitida de um nível (analítico) de abstração para o próximo”, e critica esta idéia [Reuten 1993, p. 103-4]. Esta interpretação é incorreta: a transformação dos valores em preços de produção é um processo que se realiza *no mesmo nível de abstração*, e não de um nível para o próximo⁷.

Vemos, portanto, que críticas à idéia de uma *substância do valor* são feitas inclusive por autores que, como Reuten, colocam-se em geral no interior da tradição marxista; e que um dos pontos centrais dos que criticam a teoria de Marx a partir deste ângulo é sua relação com *princípios de conservação* (semelhantes aos da Física clássica) que seriam inviabilizados a partir do fracasso da transformação dos valores em preços de produção segundo o procedimento proposto por Marx⁸.

⁷ “Segundo este entendimento [o entendimento de que a transformação é uma passagem entre dois níveis analíticos de abstração], a transformação seria uma operação lógico-teórica. A transformação, ao contrário, não é a passagem de um nível de abstração ao outro, é um movimento no mesmo nível de abstração (o dos muitos capitais). Como explicou Marx na Seção II do Livro III d’O Capital, é um movimento em que, após a produção, o valor é redistribuído de modo a que a venda das mercadorias possa se fazer igualando as taxas de lucro. Um movimento a partir do qual os capitalistas não se apropriam da mais-valia produzida pelos ‘seus’ próprios trabalhadores, mas da fração da mais-valia que corresponde ao volume (e ao tempo de rotação) de seu capital. Transformar os valores em preços de produção é uma forma (tendencial) de redistribuir o valor, que ocorre normalmente na economia capitalista” [Borges Neto 1997, p. 84]

⁸ Outros autores marxistas que tocam no mesmo ponto e reproduzem estes argumentos são Marco Lippi [1979, Capítulo 3] e Fernando Vianello [1979].

4 — Uma primeira resposta às críticas

Em primeiro lugar: falar em *substância do valor* seria retroceder à velha metafísica?

Ruy Fausto responde a esta questão da seguinte maneira:

Os que afirmam que Marx é metafísico crêem em geral que a resposta de Marx a uma crítica como esta seria defensiva; ele diria que seu discurso não tem nada de metafísico, que ele é científico no sentido corrente etc. Na realidade, a idéia de que é um defeito para um discurso ter alguma coisa de metafísico está subjacente a toda esta argumentação. (...) Ora, a resposta que Marx daria — *a resposta que ele dá, pois o argumento já se encontra, por exemplo, em Bailey* — é totalmente diversa. Por um lado, ele reconhece que seu discurso tem algo de metafísico. Mas a metafísica de seu discurso é a reprodução da metafísica do real. É o real, o capitalismo, que é em certo sentido metafísico, e o discurso quase metafísico é por isso o verdadeiro discurso científico, assim como o discurso “claro” da ciência se torna neste caso inadequado. Marx sempre insistiu no fato de que por exemplo a mercadoria tem algo de misterioso, que ela é um objeto sensível supra-sensível etc. Para apreender esse tipo muito particular de objeto, é necessário um discurso que se ajuste a ele, isto é, um discurso que ponha essas abstrações objetivas como elas são efetivamente: como coisas sociais que reduzem os agentes a suportes [Fausto 1983c, p. 101].

Sem entrar em todos os aspectos desta argumentação⁹, podemos dizer que, nesta resposta, Fausto captou o ponto fundamental para a questão em pauta aqui: Marx não *inventou* o caráter de substância do valor (nem os aspectos misteriosos, sensíveis suprasensíveis, da mercadoria); reproduziu um dado da realidade, um *resultado da prática social dos agentes econômicos*. Mirowski fala diversas vezes que o uso do conceito de substância representa uma reificação de certas experiências, realizada pelo teórico que busca compreendê-las. Mas, na realidade, quem gera esta reificação é a prática social! Se não captarmos esta reificação na teoria, esta não reproduzirá todo o real.

⁹ A impossibilidade de dar conta de uma realidade contraditória (obscura) através de conceitos “claros” é o tema central de outro ensaio de Ruy Fausto [1987b]. A tese de Leda Paulani [1991] trata de forma ampla de como esta questão se apresenta na ciência econômica, e em particular na compreensão teórica do *dinheiro*.

Tratar relações sociais (valor, dinheiro, capital — as categorias da economia em geral) como substâncias — uma palavra que em geral se refere ao “estofo material” das coisas — é sem dúvida atribuir-lhes conceitualmente um caráter algo místico. Marx identificou claramente que era justamente isto o necessário para apreender teoricamente estas relações sociais. Por isto, como Castoriadis percebeu corretamente, empregou a idéia de substância de modo muito mais consciente, forte e explícito do que o fizeram os economistas clássicos.

Avaliando a segunda vertente da crítica — a de que a noção de substância está vinculada a princípios de conservação ultrapassados —, podemos dizer que, num certo sentido, Marx fez justamente o contrário do que críticos como Lagueux, Mirowski ou mesmo Reuten afirmaram. Na teoria do valor de Marx, a idéia de que o valor é uma *reificação, uma fetichização de relações sociais* não é um detalhe; é o tema central. Longe de querer ver na substância do valor algum tipo de éter, uma substância *física* sem peso (este era o caráter atribuído ao éter), Marx insiste em que ela é uma substância, por assim dizer, *plenamente social*, embora assuma a forma de uma propriedade das coisas¹⁰.

É por isto que não há a incoerência entre as supostas duas versões da teoria do valor propostas por Mirowski. A noção de *trabalho abstrato objetivado nas mercadorias*, referindo-se a uma realidade *social*, é perfeitamente consistente com reavaliações dos estoques de valor existentes realizadas socialmente; isto está claramente incluído no conceito de trabalho *socialmente* necessário. Mais que isto, Marx chama explicitamente a atenção para o *caráter variável da medida do valor pelo tempo de trabalho abstrato* desde a discussão do duplo caráter do trabalho no Capítulo I do Livro I de *O Capital*. Ou seja, o valor é medido com um “metro” que é ele mesmo variável.

O único *princípio de conservação* realmente defendido por Marx é o de que a troca *enquanto tal* não cria ou destrói valor (embora possa ser *desigual* e, portanto, realizar uma *transferência* de valor). Esta concepção tem de fato implicações fundamentais para a transformação dos valores em preços de produção. Mas além de a

¹⁰ E embora resulte do desdobramento do trabalho em concreto e abstrato, guardando portanto uma relação com o trabalho concreto, com o trabalho como realidade *material*.

produção criar valor e o consumo destruí-lo, reavaliações a partir de mudanças tecnológicas também podem aumentá-lo ou reduzi-lo. O valor pode ser destruído, pode desaparecer completamente mesmo fora da esfera do consumo.

Marx, naturalmente, era filho do seu tempo; é perfeitamente razoável dizer que raciocinava a partir dos conceitos de ciência da sua época, ou até de épocas anteriores. A questão, porém, é que seu tratamento da questão do valor representou uma *subversão* de conceitos então vigentes.

Mirowski, contrapondo-se tanto à teoria do valor-trabalho quanto à da utilidade marginal, defende uma *teoria social do valor*:

A última alternativa, que não descrevemos neste volume, pode ser chamada de ‘teoria social do valor’. A razão pela qual não a descrevemos aqui é que o traço característico deste programa é a recusa de fundar qualquer princípio de conservação em metáforas naturais ou científicas. Isto não significa que esta teoria do valor evite todas as invariâncias; ao contrário, ela tende a situá-las em instituições sociais, tais como as instituições das convenções de contabilidade (digamos, Werner Sombart ou David Ellerman) ou na definição legal de direitos de propriedade (John R. Commons), ou ainda no próprio dinheiro (Knapp e a Escola Histórica Alemã) [Mirowski 1989, p. 400].

O contexto deixa claro que Mirowski se identifica com uma teoria deste tipo.

Ora, a teoria de Marx é uma ‘teoria social do valor’, e não funda qualquer princípio de conservação em “metáforas naturais ou científicas”: o conceito de valor de Marx, como vimos, funda-se na *prática social* das classes sociais. Ele buscou reproduzir conceitualmente a reificação das relações sociais, e explicar por que ocorre; e ainda chamou a atenção para a determinação social da magnitude do valor. Neste sentido, Marx está muito mais distante do “naturalismo” do que os sraffianos, que determinam os preços a partir apenas de dados tecnológicos. A teoria do valor marxiana é sem dúvida diferente das concepções demasiado convencionalistas que Mirowski favorece (determinação do valor a partir de convenções de contabilidade, de definições legais de direitos de propriedade), ou de fundar o valor no dinheiro (o que seria, para Marx, uma

clara inversão da relação); mas é sem dúvida uma fundação *social*. Marx é um *antinaturalista*¹¹.

Nada poderia estar mais distante da teoria de Marx do que o “naturalismo”. Na verdade, esta crítica se explica antes por uma confusão: a suposição de que Marx funda o valor no papel trans-histórico fundamental do trabalho na produção¹².

Não há espaço para desenvolver aqui uma avaliação do outro aspecto da crítica ao uso de princípios de conservação por Marx, a que diz respeito ao suposto fracasso da transformação dos valores em preços de produção segundo o procedimento proposto por Marx. Cabe assinalar apenas que uma abordagem recente do *problema da transformação*, a abordagem do sistema único temporal, além de mostrar que tal fracasso não existe, apóia-se na noção de uma substância social do valor [Borges Neto 1997; Borges Neto 2002, Capítulo 4].

Resta a crítica da “heurística negativa”. No sentido dado por Reuten — de que falar em substância (*social*!) do valor induziria a dar mais importância a entidades físicas do que a formas sociais —, esta crítica não pode ser aceita. O que seria difícil recusar seria uma crítica um tanto diferente: a de que a complexidade e a sofisticação da argumentação de Marx facilita entendimentos incorretos.

5 — Vantagens conceituais e analíticas

Além de resistir bem às críticas que lhe são formuladas, a noção de *substância do valor* tem grande vantagens conceituais e analíticas. Enumeremos algumas delas.

1. Torna possível desenvolver uma *teoria do dinheiro como representação material* de uma substância social (imaterial), o trabalho humano abstrato.
2. Torna possível desenvolver uma *teoria do capital como substância social semovente*, que subordina os indivíduos a seu movimento. O conceito de substância permite reproduzir conceitualmente algo que tem clara existência

¹¹ O que não significa que negue as bases *materiais* da fundação *social* do valor. Mas falar em bases materiais não é o mesmo que falar em bases naturais.

¹² Para uma crítica aprofundada da suposição de que Marx funda o valor no papel trans-histórico fundamental do trabalho na produção, ver Postone [1993].

real: as metamorfoses do valor, particularmente importantes para o tratamento do capital.

3. Torna possível falar das *variações no tempo* de uma substância: isto abre grandes possibilidades para o tratamento da *dinâmica*.
4. Dá condições mais adequadas para falar do valor (e dos preços) fora de situações de equilíbrio.
5. Permite tratar de uma maneira coerente a distinção entre valores e preços e, portanto, as transferências de valor na circulação.
6. O conceito de substância do valor dá uma base para o tratamento dos chamados “agregados macroeconômicos”, e portanto para a contabilidade social e a macroeconomia.

Os cinco primeiros pontos foram desenvolvidos em Borges Neto [2002]. Abordaremos aqui apenas o sexto ponto, e a partir daí um aspecto do segundo ponto (isto é: o aspecto de que a noção de substância do valor dá uma base para o tratamento do capital). A análise deste segundo ponto será também uma oportunidade para ressaltar as vantagens do tratamento do capital a partir da noção de substância do valor.

Vejamos como um manual recente de contabilidade social introduz a questão da agregação nas contas nacionais:

Como agregaríamos, por exemplo, toneladas de bananas, metros de tecidos, toneladas de fios, unidades de camisas, unidades de aparelhos de TV, unidades de automóveis, cabeças de boi, unidades de apartamentos, toneladas de aço, toneladas de fertilizantes, pés de alface, litros de leite, quilowatts de energia, dúzias de ovos, horas de aula, horas de serviços médicos, horas de serviços de segurança, horas de serviços de telefonia e horas de trabalho de atores de teatro? A resposta evidente é: avaliando-se isso tudo por meio de uma única unidade de medida — a moeda, ou o dinheiro.

(...)

No sistema econômico em que vivemos, tudo pode ser avaliado monetariamente, de modo que toda a imensa gama de diferentes bens e serviços que uma economia é capaz de produzir pode ser transformada em algo de mesma substância, ou seja, *moeda* ou *dinheiro*. [Paulani e Braga 2001, p. 6].

De fato, a agregação de coisas heterogêneas, tal como a existência da troca, supõe que se possa identificar nestas coisas *algo comum* que dê uma base a medições. É

o que estamos chamando de uma *substância* comum, que não precisa ser material — pode perfeitamente ser uma *substância social*, “sem nenhum átomo de matéria natural”. Os agregados macroeconômicos implicam praticamente a existência de uma “substância” deste tipo.

A associação entre macroeconomia e a idéia de *substância* não escapou a um dos principais críticos desta concepção de valor, Philip Mirowski. No seu livro, ele comenta o seguinte:

John Maynard Keynes foi o primeiro advogado desta opção [afirmar uma nova substância do valor], com sua postulação de uma entidade chamada renda nacional, que exhibe todos os atributos de uma substância do valor, no seu novo sistema de teoria macroeconômica.

A ascensão de uma macroeconomia separada nos anos 1930 e 1940 foi uma consequência direta da renúncia de Keynes à todas as opções prévias de conceptualização da produção na teoria neoclássica. (...) [P]arece estranho que a grande importância da ascensão do conceito de renda nacional no contexto dos problemas do programa de pesquisa neoclássico tenha sido negligenciada.

(...)

Por mais que Keynes diga que ele estava motivado por preocupações com os problemas da incerteza, desequilíbrio, interdependência, e pelas deficiências da economia clássica, permanece o fato de que na teoria keynesiana $\text{renda nacional} = \text{produto nacional}$ recebe o tratamento de uma substância do valor conservada fora da esfera do multiplicador; contudo, na teoria neoclássica, tanto o nível quanto a composição da renda nacional são sujeitos a mudanças imprevisíveis em magnitude devido a mudanças nos preços relativos. (...) Keynes entretanto tinha uma vantagem sobre seus críticos: ele estava livre para afirmar a existência de um termo analítico chamado renda nacional que agia justamente como uma substância do valor clássica [Mirowski 1989, pp. 306-8].

A idéia de um valor agregado que não se modifica a partir de alterações nos preços relativos (o que quer dizer também: não se modifica por mais que os preços das mercadorias individuais se desviem dos valores) tem uma relação muito clara com a idéia marxiana de que a soma dos valores é uma constante (e é por isso que a soma dos preços deve ser igual a ela). Consideremos a seguinte conceituação: a renda nacional tem uma substância que é o *trabalho abstrato*, que se cristaliza como uma massa de valor, expressa num *quantum* ideal de dinheiro. Esta conceituação é perfeitamente

coerente com a teoria de Marx, e além disso não seria incorreto dizer que ela é ao mesmo tempo compatível com a teoria keynesiana.

Ou seja: podemos afirmar que o recurso à idéia de uma substância do valor afasta Keynes dos neoclássicos¹³, e o aproxima de Marx.

Passemos a um aspecto relacionado com este, o tratamento do capital.

Examinemos o que diz a respeito John Bates Clark. Este autor distingue *capital* e *bens de capital*:

Podemos pensar no capital como uma soma de riqueza produtiva, investida em coisas materiais que estão mudando perpetuamente — que vêm e vão continuamente — embora o fundo permaneça. O capital então vive, por assim dizer, por transmigração, saindo dos corpos e entrando em outros, de novo e de novo [Clark 1899, pp. 119-20].

Com esta concepção, como é bem sabido, Clark queria justificar o lucro pela produtividade marginal do capital. Mas não foi por esta razão que ela foi abandonada pela teoria neoclássica com pretensões de rigor¹⁴. Foi abandonada fundamentalmente a partir das dificuldades de agregação de bens de capital heterogêneos em um único capital definido macroeconomicamente. Não é aqui, é claro, o lugar para avaliar se tal abandono foi bem justificado do ponto de vista da coerência teórica neoclássica. Mas vale a pena observar que esta concepção de um capital que “transmigra”, saindo de uns corpos e entrando em outros, aproxima-se de certa forma da idéia das metamorfoses do capital de Marx. Além disto, corresponde bastante a certos aspectos do funcionamento real de uma economia capitalista: é verdade que o capital, enquanto fundo *de valor*, assume várias formas; tanto é dinheiro, como determinado estoque de “bens de capital”, como mercadorias produzidas que serão vendidas. Além disso, a concepção de Clark supõe também que os “bens de capital” possam ser agregados a partir de seu valor.

A diferença fundamental entre a concepção de Clark e a de Marx é que aquele não concebe o capital como fundo de *valor*, mas como *fundo* (palavra que tem relação com *substância*) *de capacidade produtiva* (ele diz “soma de riqueza produtiva”). Para

¹³ Este é o ângulo privilegiado por Mirowski.

¹⁴ Uma das conseqüências controversa sobre o capital dos anos 50, 60 e 70 foi, como é bem conhecido, o abandono, nos textos teóricos com pretensão de rigor, de uma visão do capital como a de Clark. Nas “versões populares” ela continua tão presente como antes.

Marx, como vimos, o capital como substância é *valor, relação social*, manifestação do carácter peculiar do trabalho que produz mercadorias; *de modo algum “capacidade” ou “força produtiva”*. O valor de um estoque de capital pode mudar se a capacidade produtiva dos meios de produção em que ele está investido não se altera (por exemplo, se há progresso técnico na produção das máquinas que o compõem). Ou, inversamente, coleções de “bens de capital” com capacidade produtiva muito diferente podem ter o mesmo valor (e transferir para as mercadorias produzidas o mesmo valor).

Se a capacidade produtiva é uma propriedade dos valores de uso, a remuneração do capital, por outro lado, diz respeito às propriedades *sociais* do capital, ao capital enquanto *valor*.

Portanto, do nosso ponto de vista, o erro da concepção de Clark está *na própria concepção de capital como capacidade produtiva*, está em desconhecer o duplo carácter do trabalho produtor de mercadorias e todos os seus desdobramentos¹⁵. *Não está na agregação dos bens de capital, e nem na idéia de um fundo dotado da faculdade de “transmigração”!* Sem pretender opinar sobre qual é a melhor maneira de fugir das dificuldades no tratamento do capital no contexto neoclássico, podemos dizer que a questão da agregação ou da desagregação pouca diferença faz¹⁶.

¹⁵ Thorstein Veblen, ao criticar a concepção de Clark do capital como um fundo que permanece transmitindo, disse o seguinte: “Falar de uma transferência de ‘capital’ que não envolve uma transferência de ‘bens de capital’ é uma contradição com a posição fundamental, de que o ‘capital’ é constituído de ‘bens de capital’”. O continuum no qual a ‘entidade permanente’ do capital reside é uma continuidade de propriedade, não um fato físico. A continuidade, na verdade, é de uma natureza imaterial, uma questão de direitos legais, de contrato, de compra e venda” [Veblen 1972 (1908), p. 181]. É possível dizer que Veblen tocou de uma maneira distinta no ponto argumentado aqui: Clark misturou os aspectos físicos do capital (como a produtividade) com os aspectos de valor (que são sociais, se expressam legalmente, têm uma natureza imaterial).

¹⁶ Também os críticos sraffianos têm dito que a questão da desagregação não elimina as inconsistências do tratamento que a economia neoclássica dá ao capital, e isto desde o trabalho de Garegnani de 1970 [Garegnani 1970]. Entre os trabalhos mais recentes que insistem neste ponto incluem-se: Schefold [1997; 2000]; Petri [1998; 1999]; Garegnani [2000]. Os economistas neoclássicos têm ignorado estes trabalhos; desinteressaram-se das controvérsias sobre o capital e não respondem mais aos seus críticos. A propósito deste fato, Duncan Foley, em um artigo-resenha de Mongiovi e Petri (eds.) [1999], faz uma observação extremamente sugestiva: “De fato, dado o interesse decrescente no equilíbrio geral entre os teóricos do

Para quem quer reproduzir na teoria o funcionamento real de uma economia capitalista, isto é, para quem quer compreender o que é *capital*, o “maior rigor” atual da teoria neoclássica — em que o conceito de *capital* é evitado, e subsistem apenas *bens de capital* — é certamente pior do que a falta de rigor de John Bates Clark.

A concepção do capital como conjunto de *bens de capital* é compartilhada pela economia sraffiana. Em *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, Sraffa explicita que uma das características básicas de sua abordagem é evitar qualquer idéia de *quantidade de capital* medida independentemente dos preços:

(...) [O] termo “capital” em sua conotação quantitativa [foi evitado], às custas de algum cansativo circunlóquio. Isso porque esses termos [Sraffa refere-se, além do termo “capital”, ao termo “custos de produção”] acabaram ficando ligados inseparavelmente à suposição de que representam quantidades que podem ser medidas independentemente e antes da determinação dos preços dos produtos. (Recordem-se dos “custos reais” de Marshall e da “quantidade de capital” implícita na teoria de produtividade marginal.) Visto que um dos objetivos deste trabalho consiste em libertar-se de tais pressupostos, a eliminação dos termos pareceu ser o único modo de não prejudicar o tema [Sraffa 1985, p. 183].

Para Sraffa, a redução do capital a um conjunto de bens (de mercadorias, mais exatamente) pode ser entendida como uma maneira provisória de caracterizá-lo, necessária no contexto de uma crítica à teoria neoclássica. De fato, *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* tem um objetivo fundamentalmente crítico (lembramos que o subtítulo do seu livro é “Prelúdio a uma crítica da teoria econômica”, onde “teoria econômica” refere-se à economia neoclássica), e não apresenta uma teoria completa do funcionamento de uma economia capitalista. No entanto, quando os economistas referenciados em sua obra definiram sua abordagem da economia capitalista — a chamada *abordagem do excedente* (*surplus approach*) —, mantiveram este tratamento do capital. Como lemos, por exemplo, em um trabalho de um dos mais destacados sraffianos, Pierangelo Garegnani (referindo-se à necessidade, compartilhada pelo *surplus approach* e pela economia neoclássica, de medir o capital de modo independente da distribuição):

mainstream, eu suspeito que a maior parte do esforço original a respeito do equilíbrio geral nos últimos dez anos pode ter sido despendido por seus críticos clássicos” [Foley 2001, pp. 378-9].

Na abordagem clássica [Garegnani refere-se ao *surplus approach*], o capital pode afinal ser medido como *um conjunto de magnitudes* (quantidades físicas dos vários meios de produção, ou quantidades de ‘trabalho datado’), permitindo então uma solução do problema. Como veremos, a mesma maneira de medir põe dificuldades básicas nas teorias marginalistas [Garegnani 1990, p. 2].

A possibilidade de prescindir de um conceito de *capital* distinto dos bens de capital, e de quantificá-lo, é desta forma apresentada como uma *vantagem* da *abordagem do excedente*.

Do ponto de vista da abordagem defendida neste trabalho, o enfoque do capital defendido por Garegnani é uma deficiência. O *surplus approach* fica privado da possibilidade de tratar do capital como valor que se valoriza, como substância em movimento, e perde com isto uma dimensão essencial da economia capitalista.

Contudo, a abordagem sraffiana evita o erro mais grave da teoria neoclássica, que é confundir o capital com a capacidade produtiva dos meios de produção. Na verdade, faz mais que isto: critica enfaticamente este erro da economia neoclássica. Ao demonstrar que as *variáveis de distribuição* (a taxa de lucro e os salários) são determinadas fora do seu sistema de equações (que representa as proporções em que determinadas quantidades físicas de mercadorias produzem outras quantidades de mercadorias), Sraffa provou também que a remuneração do capital não é determinada pela produtividade física (com o mesmo sistema de equações, e portanto com a mesma produtividade física, a taxa de lucro pode variar de zero até uma taxa máxima chamada de *R*). Ou seja, o capital não pode ser entendido como capacidade produtiva.

6 — Conclusão: esta *substância* existe ?

Mas afinal, a questão-chave na discussão da validade do conceito marxiano de substância do valor deveria ser: isto que Marx chama de *substância social* existe ou não? Há traços empíricos da sua existência?

É possível afirmar que sim, traços da existência desta *substância social* podem ser detectados em comportamentos observáveis. Ou seja: para trocar (vender, comprar) mercadorias as pessoas em geral as comparam com uma terceira, o dinheiro; não trocam comparando diretamente utilidades, mas muito mais atribuindo às mercadorias *valores* e comparando-os. Deste comportamento que introduz uma mediação na comparação de utilidades, vimos que o dinheiro nasce diretamente. Assim, é possível considerar a

existência do dinheiro uma *comprovação indireta* da realidade do valor como substância social. Além disto, existem claramente situações em que *um agente ganha e o outro perde numa troca*, em que há uma transferência de valor, o que também supõe a existência de uma *substância*. As noções de *valor* como *coisa social*, bem como a do *dinheiro* como *meio para expressar o valor*, são realidades sociais práticas. O mesmo acontece com as *metamorfoses do capital*, que só têm sentido diante da existência de uma substância que assume várias formas.

Para concluir: falar em *substância* do valor é fazer uma *metáfora*? Mas em qual sentido?

Não há dúvida de que, num certo sentido, falar do valor como substância é uma metáfora: afinal, *substância* remete em geral a um conteúdo *material*. Isto não significa, porém, que a existência desta substância seja uma ficção; significa apenas que sua *realidade é social*, e não *material*. Uma realidade social, contudo, não é menos real que realidades físicas.

Bibliografia

Borges Neto, João Machado (1997). “O sistema Único Temporal: Uma Nova Abordagem da Transformação dos Valores em Preços de Produção”, in *Revista ANPEC* nº 3, 1997, pp. 73-101.

Borges Neto, João Machado (2002). *Duplo Caráter do Trabalho, Valor e Economia Capitalista*. Tese de Doutorado. São Paulo, FEA-USP.

Castoriadis, Cornelius (1987). “Valor, Igualdade, Justiça, Política. De Marx a Aristóteles e de Aristóteles até Nós”, in *As Encruzilhadas do Labirinto*, I. Paz e Terra, pp. 264-335. O artigo foi publicado originalmente em francês em 1975; republicado em livro (*Les Carrefours du Labyrinthe*, Seuil) em 1978.

Clark, John Bates (1899): *The Distribution of Wealth*. New York, Augustus M. Kelley Bookseller, 1965 (reprodução da edição original de 1899).

Fausto, Ruy (1983a). *Marx — Lógica e Política, Tomo I*. São Paulo, Editora Brasiliense.

_____ (1983b). “Dialética Marxista, Humanismo, Anti-humanismo”. In: Fausto, 1983a, pp. 27-65

_____ (1983c). “Abstração Real e Contradição: sobre o Trabalho Abstrato e o Valor”. In: Fausto, Ruy (1983a), pp. 89-138. Artigo publicado originalmente em francês, em 1978.

- Foley, Duncan K. (2001). "Value, Distribution and Capital: a Review Essay". *Review of Radical Political Economics*, volume 13, number 3, July.
- Garegnani, Pierangelo (1970). "Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution". In: *Review of Economic Studies*, vol. 37, pp. 407-36. Republicado em Hunt and Schwartz (eds.) 1972, pp. 245-291.
- _____ (1990). "Quantity of Capital". In: Eatwell, John, Milgate, Murray and Newman, Peter (eds.). *The New Palgrave – Capital Theory*. London, Macmillan, and New York, W.W. Norton.
- _____ (2000). "Savings, investment and capital in a system of general intertemporal equilibrium". In: Kurz, Heinz (ed.) 2000, pp. 392-449
- Kurz, Heinz D. (ed.) (2000). *Critical Essays on Piero Sraffa's Legacy in Economics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lagueux, Maurice (1985). "Le principe de conservation et le problème de la transformation". In Dostaler e Lagueux (org.), *Un échiquier centenaire*, La Découverte, 1985, pp. 107-25.
- Mongiovi, Gary, and Petri, Fabio (eds.) (1999). *Value, Distribution and Capital. Essays in honour of Pierangelo Garegnani*. London, Routledge.
- Lippi, Marco (1979a). *Marx. El valor como coste social real*. Madrid, Ediciones Piramide. Originalmente publicado em italiano em 1976.
- Marx, Karl (1988). *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 3ª edição. Cinco volumes: Livro I, Volumes I e II; Livro II, Volume III; Livro III, Volumes IV e V.
- Mirowski, Philip (1989). *More Heat than Light*. New York, Cambridge University Press.
- Mongiovi, Gary, and Petri, Fabio (eds.) (1999). *Value, Distribution and Capital. Essays in honour of Pierangelo Garegnani*. London, Routledge.
- Moseley, Fred (2001-2). "Marx's logical error: a comment". *Science and Society*, Vol. 65 (4), Winter 2001-2, pp. 515-527.
- Paulani, Leda (1991). *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Tese de Doutorado. São Paulo, FEA-USP.
- Paulani, Leda e Braga, Márcio Bobik (2001). *A Nova Contabilidade Social*. São Paulo, Saraiva.
- Petri, Fabio (1998). "The 'Sraffian' critique of neoclassical economics: some recent developments". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 3, dezembro, pp. 5-44.

- _____ (1999). “Professor Hahn on the ‘neo-Ricardian’ criticism of neoclassical economics”. In: Mongiovi, Gary and Petri, Fabio (eds.), pp. 19-68.
- Postone, Moishe (1993). *Time, labor and social domination*. New York, Cambridge University Press.
- Reuten, Geert (1993). “The Difficult Labor of a Theory of Social Value: Metaphors and Systematic Dialectics at the Beginning of Marx’s Capital”, in Moseley, Fred (ed.) (1993), *Marx’s Method in Capital — A Reexamination*. New Jersey, Humanities Press International, pp. 89-113.
- Schefold, Bertram (1997). “Classical Theory and Intertemporal Equilibrium”. In: Schefold, *Normal Prices, Technical Change and Accumulation*. London, Macmillan, pp. 425-501.
- _____ (2000). “Paradoxes of capital and counterintuitive changes of distribution in an intertemporal model”. In: Kurz (ed.), pp. 363-91.
- Sraffa, Piero (1985). *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. In: Kalecki, Sraffa, Robinson. São Paulo, Editora Nova Cultural, Coleção *Os Economistas*, 2ª edição, pp. 173-258. Originalmente publicado em inglês, em 1960.
- Vianello, Fernando (1979). “El eslabón roto”. In: Garegnani, Pierangelo y otros (1979): *Debate sobre la teoría marxista del valor*. México, Ediciones de Pasado y Presente, pp. 65-74. Originalmente publicado em italiano, em 1978.
- Veblen, Thorstein (1972). “Professor Clark’s Economics”. In: Hunt and Schwartz (eds.), pp. 172-185.